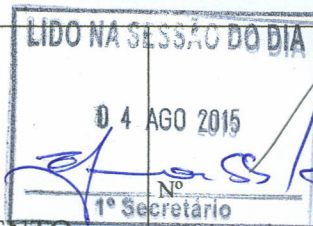


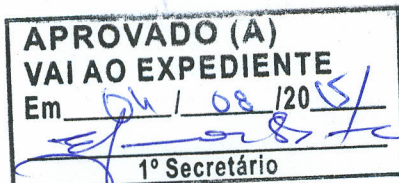
PROTOCOLO



REQUERIMENTO

## Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia

AUTOR : DEPUTADO JESUÍNO BOABAI



Requer Audiência Pública para o dia 21 de agosto de 2015 às 15h:00min, para discutir e analisar a regularização fundiária urbana da Comunidade Nova Esperança, Bairro Tiradentes.

O Parlamentar que a presente subscreve, requer à Mesa Diretora na forma regimental do artigo 172 do Regimento Interno, a realização de Audiência Pública para o dia 21 de agosto de 2015, às 15h:00min, com o objetivo de discutir e analisar a regularização Fundiária Urbana da Comunidade **NOVA ESPERANÇA**, Bairro **TIRADENTES**.

Plenário das deliberações, 04 de agosto de 2015.

**JESUÍNO BOABAI**  
Deputado Estadual/PT do B  
Presidente da Comissão de Segurança Pública  
Membro da Comissão de Habitação

### JUSTIFICATIVA

O objetivo desta audiência é discutir e analisar a situação da regularização fundiária da Comunidade **NOVA ESPERANÇA**, Bairro **TIRADENTES**. A regularização fundiária consiste no conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que visam à regularização de assentamentos irregulares e à titulação de seus ocupantes, de modo a garantir o direito social à moradia, o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana.



PROTOCOLO

## Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

REQUERIMENTO

Nº

AUTOR : **DEPUTADO JESUÍNO BOABAID**

Considerando que o Direito à Moradia e outros Direitos Sociais, está preconizado no art. 6ª da Constituição Federal e é assegurado aos cidadãos desamparados, conforme dispõe:

“Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, **A MORADIA**, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

A devida matéria também encontra-se elencada na Constituição Estadual de Rondônia em seu artigo 167, que diz:

Art. 167 - **O Estado promoverá a justa distribuição da propriedade, atendendo ao interesse social, mediante a destinação de suas terras, respeitada a legislação federal, de modo a assegurar às famílias o acesso à terra e aos meios de produção.**

Face o exposto, é que pedimos aos nobres pares a aprovação do presente requerimento.

Plenário das deliberações, 04 de agosto de 2015.

**JESUÍNO BOABAID**  
Deputado Estadual/PT do B  
Presidente da Comissão de Segurança Pública  
Membro da Comissão de Habitação